



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Serafina Corrêa

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 150/2022

Data: 13/05/22

Ass. D 10:09h

Ofício Gab. Nº 203/2022

Serafina Corrêa, RS, 11 de maio de 2022.

Sua Excelência

Vereador Jairo Vidmar

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Serafina Corrêa – RS

Assunto: Encaminha Convênio SEL nº 244/2022.

O Prefeito Municipal vem, através deste, encaminhar para ciência do Poder Legislativo Municipal o Convênio Administrativo celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer - SEL, e o Município de Serafina Corrêa, objetivando a realização de projeto selecionado no âmbito do Edital SEL nº 10/2021 - Recuperação de Espaços Esportivos, conforme Processo nº 22/2900-0000257-5.

Respeitosamente,

Valdir Bianchet

Prefeito Municipal



TERMO DE CONVÊNIO

EDITAL SEL Nº 10/2021 PROGRAMA RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

CONVÊNIO SEL nº 244/2022

FPE nº 2022/0415

CONVÊNIO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER - SEL, E O MUNICÍPIO DE SERAFINA CORREA, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE PROJETO SELECIONADO NO ÂMBITO DO EDITAL SEL Nº 10/2021 - RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS, CONFORME PROCESSO Nº 22/2900-0000257-5

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER - SEL**, com sede administrativa na Avenida Borges de Medeiros, n.º 1.501, 9º andar, Porto Alegre/RS, CEP 90119-900, inscrita no CNPJ sob o n.º 87.958.666/0001-35, representada neste ato por seu titular, **Sr. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ**, CPF nº 701.573.240-87, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **MUNICÍPIO DE SERAFINA CORREA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ de nº 88.597.984/0001-80, com sede administrativa na Avenida 25 de julho, 202, CEP 99.250-000, Serafina Correa/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Valdir Bianchet, RG nº 2032296168 e CPF nº 412.657.340-20, doravante denominado **CONVENENTE**, com base na Lei nº 8.666/93, na Lei Complementar Federal nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Estadual nº 13.924/2012, no Decreto Estadual nº 55.534/2020, e na Instrução Normativa CAGE nº 06/2016, celebram o presente **CONVÊNIO ADMINISTRATIVO**, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes para a realização da proposta 1ª Etapa de Reforma e Adequação do Ginásio Municipal Irceu Antonio Gasparin, selecionada no âmbito do **EDITAL SEL Nº 10/2021 - PROGRAMA RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS**, de acordo com o Plano de Trabalho que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à seleção do projeto do CONVENENTE, em lista definitiva, conforme critérios previstos no **EDITAL SEL Nº 10/2021 - PROGRAMA RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS**, com a devida divulgação pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelas partes, as cláusulas deste instrumento, bem como a IN CAGE nº 06/2016 e será acompanhado e fiscalizado de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 22000235064, datado de 20/01/2022.

Unidade Orçamentária: 29.01

Projeto/Atividade: 3198



Natureza da Despesa: 4.4.40.42

Recurso: 0001

Valor: R\$ 300.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para consecução do objeto o CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o qual será liberado em parcela única após a celebração e publicação da súmula do convênio no Diário Oficial do Estado - DOE RS.

Parágrafo único. Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica da agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, conta esta vinculada e identificada pelo número e nome do presente convênio, a qual será movimentada pela CONVENENTE exclusivamente para fins deste convênio, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRAPARTIDA

O CONVENENTE deverá alocar, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida financeira no valor de R\$ 184.843,05 (cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinco centavos) devendo depositar e gerir o valor na conta bancária específica do convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, competirá ao CONCEDENTE (ESTADO/SEL):



1. transferir ao MUNICÍPIO os recursos financeiros previstos na Cláusula Quarta para conta bancária vinculada, de acordo com o cronograma de desembolso;

2. designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente CONVÊNIO, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado, ou possam vir a ocasionar, prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas;

3. prorrogar os prazos de início e/ou de conclusão do objeto do CONVÊNIO, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a entidade partícipe não haja contribuído para esse atraso;

4. após a conclusão do objeto deste CONVÊNIO, nos termos avençados, atestar sua efetiva execução;

5. exigir as prestações de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do convênio ou a devolução dos valores transferidos, devidamente atualizados, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;

6. analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do CONVÊNIO;

7. no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, o CONVENENTE (MUNICÍPIO DE SERAFINA CORREA) deve realizar as obrigações essenciais elencadas na IN CAGE 06/2016, dentre os quais destacam-se:

1. executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

2. manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica junto ao Banco Banrisul S.A;



3. aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas, vedado o uso para ampliação ou acréscimo de metas ao Plano de Trabalho pactuado;

4. contribuir com a contrapartida mínima exigível, nos termos da Cláusula Quinta;

5. manter registros contábeis individualizados das receitas e das despesas do CONVÊNIO;

6. responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, ou outros de qualquer natureza, resultantes da execução do CONVÊNIO, quando for o caso;

7. incluir as receitas e as despesas do CONVÊNIO no respectivo orçamento, quando a entidade partícipe estiver sujeita às disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

8. designar servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do CONVÊNIO, bem como do registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do CONVÊNIO, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;

9. apresentar Prestação de Contas Final dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento, da IN CAGE nº 06/2016 e o disposto no item 14 do Edital SEL Nº 10/2021;

10. devolver os saldos do convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do CONVÊNIO, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo CONCEDENTE;

11. devolver os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras, no caso da extinção antecipada do CONVÊNIO;

12. realizar a divulgação do projeto e identificar o produto da obra, em local visível aos usuários conforme previsto no item 13 do Edital SEL Nº 10/2021;



13. divulgar em seu sítio eletrônico, em local de fácil acesso, as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do CONVÊNIO e o nome do conveniente, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
14. garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
15. comunicar, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;
16. manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do CONVÊNIO;
17. aplicar os saldos do convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
18. notificar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após a liberação da primeira parcela ou do repasse único dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;
19. publicar o instrumento convocatório de licitação no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da parcela única;
20. atestar, na face do documento original comprobatório da despesa, o recebimento dos materiais adquiridos ou da prestação de serviços;
21. concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
22. designar responsável técnico e providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às obras ou aos serviços de engenharia, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para projetos, obras ou serviços técnicos de arquitetura e urbanismo;
23. utilizar o recurso do convênio exclusivamente para a execução do projeto aprovado.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA



O prazo de vigência do presente instrumento será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data da publicação da súmula no Diário Oficial do Estado, prorrogável, mediante justificativa do CONVENIENTE, apresentada antes do final da vigência original e aprovada pelo CONCEDENTE.

Parágrafo único. A eficácia do presente convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do convênio, e que a conveniente apresente:

- a) os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;
- b) as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;
- c) extrato da conta corrente bancária específica;
- d) descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;
- e) comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na Cláusula Sétima;
- f) comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver; e



g) levantamento fotográfico da execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do convênio será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do **CONCEDENTE**.

Parágrafo único. O **CONCEDENTE** terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no DOE designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas entregue será encaminhada ao setor responsável da SEL, o qual fará a análise e emitirá parecer sobre a aplicação do recurso.

A SEL poderá solicitar, a qualquer tempo, prestação de contas parcial, composta do extrato bancário, planilha de aplicação e relatório físico.

A prestação de contas do recurso recebido deverá ser efetuada em até 60 (sessenta) dias após a conclusão do objeto do **CONVÊNIO**, observado o disposto na IN CAGE nº 06/2016 e no item 14 do Edital SEL nº 10/2021, no que couber, e conforme as normas de contabilidade e auditoria



aceitas pela Secretaria da Fazenda e Tribunal de Contas, ficando vedada a apresentação de documentos e despesas com data diversa do período de vigência, acompanhada de:

a) ofício de encaminhamento, dirigido ao Secretário de Estado do Esporte e Lazer onde constem os dados identificadores do CONVÊNIO e o número do processo;

b) cópia do termo de CONVÊNIO e respectivas alterações;

c) Plano de Trabalho devidamente aprovado pelo CONCEDENTE;

d) relatório da realização de objetivos e metas avençadas, acompanhado dos elementos necessários à comprovação do cumprimento do objeto do CONVÊNIO, através da emissão de Termo de Conclusão da obra ou de recebimento definitivo, emitido pela equipe ou pelo órgão estadual competente;

e) relatório da execução física, com demonstrativo fotográfico da obra realizada e comparação com a área anterior;

f) atestado de recebimento da obra pelo setor responsável, em caso de licitação para execução;

g) demonstrativo da execução da receita e da despesa do CONVÊNIO, de modo a evidenciar a receita, classificada segundo a natureza econômica dos ingressos (transferências, contrapartidas, rendimentos das aplicações financeiras), as despesas realizadas e o saldo dos recursos não aplicados, firmados por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado;

h) cópias das notas de empenho/liquidação;

i) extrato da conta bancária vinculada, desde o recebimento do primeiro depósito até o último pagamento, a movimentação dos rendimentos auferidos da aplicação financeira e a respectiva conciliação bancária;

j) comprovantes de recolhimento dos saldos não utilizados, inclusive rendimentos financeiros, à conta do recurso estadual do CONVÊNIO;

k) quando do encerramento do CONVÊNIO, relatório da realização de objetivos e metas avençadas;

l) prova de recolhimento dos tributos devidos no âmbito da execução do CONVÊNIO, se for o caso;

m) parecer do Órgão de Controle Interno Municipal quanto à correta e regular aplicação dos recursos objeto do CONVÊNIO;



n) certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, na forma da legislação em vigor e o documento hábil expedido pelo Poder Público Municipal em relação à liberação da obra para uso e utilização, em observância aos fins autorizados, quando for o caso;

o) fotografias dos bens adquiridos, produzidos ou construídos à conta do CONVÊNIO;

p) outros documentos previstos na IN CAGE nº 06/2016 e Edital SEL nº 10/2021.

Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem atender aos requisitos abaixo dispostos, sob pena de glosa das despesas:

a) ser emitidos em nome do CONVENENTE, com identificação do número e nome do respectivo CONVÊNIO, do procedimento licitatório realizado, e do contrato firmado; e

b) conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais e/ou da prestação de serviços.

O prazo para o envio da prestação de contas não será prorrogado.

A SEL poderá convocar o CONVENENTE a apresentar a prestação de contas, inclusive de forma pública, demonstrando a devida realização do objeto do CONVÊNIO, em data e local que julgar conveniente.

A SEL fará a análise da prestação de contas, nos termos da IN CAGE nº 06/2016.

A prestação de contas analisada será encaminhada à CAGE, sendo o resultado da avaliação final encaminhado ao município proponente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado por iniciativa das partes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 38 da IN CAGE nº 06/2016.

São motivos para a extinção antecipada do CONVÊNIO, por iniciativa do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual, além daqueles mencionados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/1993, os seguintes:



- a) a não execução do objeto do CONVÊNIO, conforme estabelecido no cronograma, quando o convenente tenha dado causa;
- b) a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no CONVÊNIO;
- c) a demora injustificada do CONVENENTE na execução do objeto;
- d) a ausência de prestação de contas no prazo fixado;
- e) a não aplicação, pelo CONVENENTE, da contrapartida pactuada;
- f) o descumprimento de obrigações e cláusulas pactuadas que acarretem prejuízos ao erário.

Parágrafo primeiro. A extinção do CONVÊNIO pelos motivos mencionados no caput implica a devolução dos recursos recebidos pelo CONVENENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável, sem prejuízo das ações legalmente cabíveis.

Parágrafo segundo. A extinção do CONVÊNIO, seja qual for o motivo, não exime os partícipes das responsabilidades e obrigações originadas durante o período em que estiveram conveniados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente CONVÊNIO, o CONVENENTE se obriga a mencionar em todos os atos de promoção e divulgação a participação do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer, nos termos do item 13 do Edital SEL Nº 10/2021;

Parágrafo primeiro. Fica vedado às partes a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos na execução do objeto do presente CONVÊNIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES



É vedado:

a) alterar o objeto do CONVÊNIO detalhado no Plano de Trabalho, mediante termo aditivo;

b) o pagamento de gratificação, honorários por serviços de consultoria, assistência técnica e assemelhados, ou qualquer forma de remuneração, a servidores que pertençam aos quadros de pessoal da Administração Direta, Autarquias e Fundações da União, do Estado e dos Municípios, bem como de despesas a título de taxa de administração ou de gerência ou similares;

c) utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que

em caráter de emergência, e a atribuição de efeitos financeiros retroativos;

d) realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do CONVÊNIO;

e) realizar despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Comarca de Porto Alegre.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONVENENTE declara, para fins do presente Convênio e sob as penas da lei, que:

a) Não se enquadra em nenhuma das vedações do art. 14 da IN CAGE n. 06/2016,



- b) - ratifica todas as informações apresentadas no ANEXO I, assim considerado como PLANO DE TRABALHO do presente Convênio;
- c) - que os atos para formalização do processo referentes à celebração do Convênio não contrariam a Lei Orgânica Municipal.
- d) - que existe previsão orçamentária e recursos financeiros para a contrapartida municipal:

E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

DANREI DE DEUS HINTERHOLZ,
Secretário de Estado do Esporte e Lazer.

VALDIR BIANCHET,
Prefeito Municipal de Serafina Correa



TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:

CPF:

2) Assinatura _____

Nome:

CPF:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO ESPORTE
E LAZER

ANEXO I
FORMULÁRIO PADRÃO

EDITAL SEL Nº 10/2021
PROGRAMA RECUPERAÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS

1. PREFEITURA MUNICIPAL PROPONENTE

Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa		CEP 99.250-000
Endereço eletrônico: prefeito@serafinacorrea.rs.gov.br		Telefone 54 3444 8100
Servidor municipal responsável pelo projeto		Telefone
Luciano Panarotto		54 3444 8106

Leia todo o formulário antes de iniciar o preenchimento, observando as instruções. Evite repetir informações. Caso seja necessário, é possível inserir novas linhas em cada subtítulo, mas não acrescente novos subtítulos. Após o preenchimento, salve o arquivo em formato .pdf para posterior anexação à inscrição do projeto.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto
1ª Etapa de Reforma e Adequação do Ginásio Municipal Irceu Antonio Gasparin
Valor solicitado Indique qual o valor solicitado para financiamento junto à SEL, de acordo com o disposto no item 2 do Edital. R\$ 300.000,00
Contrapartida Preencha com o valor da contrapartida mínima obrigatória e a que será disponibilizada (caso seja o mesmo valor da contrapartida mínima obrigatória, deve-se repetir o valor).
Contrapartida mínima: R\$ 184.843,05
Contrapartida a ser disponibilizada: R\$ 184.843,05
Valor total do projeto: Preencha com o somatório dos valores, considerando o valor solicitado mais a contrapartida disponibilizada. R\$ 484.843,05



3. APRESENTAÇÃO

O presente projeto contemplar a reforma geral do espaço, o qual já possui mais de 25 anos da sua construção, sendo necessárias diversos ajustes e reformas inclusive estruturais, visando a adequação dos espaços para atender as exigências legais (legislação vigente), bem como adequação dos espaços para atender as normas estaduais para pratica de esporte amador e profissional. Ainda proporcionar melhorias na acessibilidade conforto ampliando áreas de circulação e convivência.

Apresente a iniciativa proposta, descrevendo de forma clara e objetiva o que pretende realizar. Apresente um resumo com as informações imprescindíveis.

4. JUSTIFICATIVA

O presente projeto se justifica pela crescente demanda da pratica esportiva em nosso município, onde o futsal é um dos esportes mais praticados, sendo demandadas melhorias nos espaços para comportar jogos da liga A e B profissional estadual, regional municipal, proporcionando mais conforto ao público presente aos eventos e melhoria dos espaços para a pratica dos esportes dos atletas amadores e profissionais. Esse incentivo a pratica de esporte em local adequado faz parte das políticas públicas, as quais visam o incentivo e proteção aos jovens nas práticas esportivas, pois nestes espaços também são mantidos projetos de escolinhas de futebol e práticas de outras atividades socioculturais. O município vem crescendo e a necessidade de ampliação e reformas dos locais público é evidente.

Justifique seu projeto, levando em consideração os objetivos do Edital, as atividades a serem executadas e os critérios de pontuação previstos.



5. FICHA TÉCNICA

Informe a relação dos principais servidores municipais que irão integrar a equipe principal responsável pela execução dos aspectos técnicos do projeto. Podem ser inseridas outras caixas de texto.
Descreva as atribuições de cada profissional para o desenvolvimento da proposta (**função**), e inclua os respectivos **contatos** e o **currículo resumido**.

Nome completo
Guilherme Migliavacca
Função
Engenheiro Civil CREA n.º 146.422
Contato (telefone e e-mail)
(54) 9.9925-0467 / (54) 3444-8125 – engenharia@serafinacorrea.rs.gov.br
Currículo resumido
- Graduado em Engenharia Civil na Fundação Universidade do Rio Grande em 2007 - Atuando como profissional autônomo na área de Estruturas de Concreto - Servidor público efetivo como Engenheiro Civil na Prefeitura de Serafina Corrêa desde agosto de 2008; Atribuições: Projeto, execução, fiscalização de obras e serviços de engenharia; - Graduado em Engenharia Ambiental na Universidade de Passo Fundo em 2019; - Responsável técnico em diversos projetos de engenharia, inclusive conveniados com Governo Federal e Estadual.

Nome completo
JULIANO MEZZOMO
Função
ARQUITETO, Registro Nacional CAU nº A261983-0
Contato (telefone e e-mail)
(54) 991974258 - juliano_mezzomo@hotmail.com
Currículo resumido
2011 – Inicia faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Caxias do Sul 2012 até hoje – trabalho em escritório de arquitetura Vazquez Arquitetos de Caxias do Sul 2019 – Conclui graduação Participação em prêmios nacionais: Menção Honrosa Museu da Imagem e do Som – MIS- Rio de Janeiro, Lapa/ 2014 Menção Honrosa Centro de Educação Infantil (CEI) em Brasília/ 2016 Participação em Principais Projetos: Sede OAB Caxias do Sul / 2015 Retrofit Pátio Eberle Caxias do Sul / 2017 Retrofit fachada Colégio La Salle Carmo Caxias do Sul / 2018 Retrofit Pátio Colégio La Salle Carmo/ 2019

Nome completo
Função
Contato (telefone e e-mail)
Currículo resumido



6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Demonstre o planejamento para a execução do projeto. Busque comprovar a viabilidade e exequibilidade do cronograma físico-financeiro proposto.

Etapas: liste todas as etapas necessárias, informando o **valor estimado** de cada uma.

Duração: Informe a quantidade de dias necessários para a execução da atividade relacionada.

Período: Distribua, no tempo, a execução das atividades, marcando com um x o período (mês) relacionado. O 1º período corresponde ao início das atividades de execução, a contar da data da publicação da súmula do convênio.

Valor estimado: Corresponde ao valor a ser aplicado em cada uma das etapas definidas.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Valor Item	ESTIMATIVA PARCELAS MENSAIS						
			Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Total
1	SERVIÇOS INICIAIS E PRELIMINARES	R\$ 33.318,18 6,87%	R\$ 33.318,18 100,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.318,18 100,00%
2	INTERVENÇÕES INTERNAS	R\$ 175.621,68 36,22%	R\$ 70.248,67 40,00%	R\$ 52.686,50 30,00%	R\$ 52.686,50 30,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 175.621,68 100,00%
3	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO – PPCI	R\$ 1.976,75 0,41%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.976,75 100,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.976,75 100,00%
4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 24.876,36 5,13%	R\$ 0,00	R\$ 9.950,54 40,00%	R\$ 8.706,73 35,00%	R\$ 6.219,09 25,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.876,36 100,00%
5	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	R\$ 33.732,33 6,96%	R\$ 0,00	R\$ 13.492,93 40,00%	R\$ 11.806,32 35,00%	R\$ 8.433,08 25,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.732,33 100,00%
6	APARELHOS, METAIS, ACESSÓRIOS E MÓVEIS	R\$ 77.305,79 15,94%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.652,90 50,00%	R\$ 38.652,90 50,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.305,79 100,00%
7	COMPLEMENTAÇÕES EXTERNAS A EDIFICAÇÃO	R\$ 86.280,08 17,80%	R\$ 0,00	R\$ 43.140,04 50,00%	R\$ 43.140,04 50,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.280,08 100,00%
8	ESQUADRIAS	R\$ 51.731,88 10,67%	R\$ 0,00	R\$ 20.692,75 40,00%	R\$ 18.106,16 35,00%	R\$ 12.932,97 25,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.731,88 100,00%
	VALOR TOTAL EM R\$	R\$ 484.843,05 100,00%	R\$ 103.566,85 21,36%	R\$ 139.962,77 28,87%	R\$ 173.098,64 35,70%	R\$ 68.214,79 14,07%	R\$ 0,00 0,00%	R\$ 0,00 0,00%	R\$ 484.843,05 100,00%



7. METODOLOGIA

Projeto desenvolvido pela municipalidade juntamente com a equipe de futsal amadora do Município, ASF – Associação Serafinense de Futsal, equipe que disputará a série B do campeonato Estadual, a qual utiliza o espaço para seus jogos na liga. A 1ª Etapa do Projeto prevê a adequação da quadra, criação de vestiários, sanitários modernos e espaço de confraternização.

A contratação para execução será por processo licitatório tipo empreitada global, por empresa especializada no ramo da construção civil.

A divulgação do processo será por meio da imprensa escrita e falada, além de plataformas digitais e redes sociais.

Descreva de que forma será desenvolvido o projeto. Apresente informações complementares sobre o modo de execução, especificações técnicas sobre os procedimentos a serem adotados, inclusive as estratégias de divulgação.

8. LINKS

Indique, se for o caso, *links* que remetam à exibição de arquivos relativos ao projeto proposto. Descreva brevemente o conteúdo.

<i>Link</i>	Descrição
<i>Link</i>	Descrição